



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

GREVE DO MAGISTÉRIO

Será que hoje, enfim, vai ter aula?

“Enquanto o governo afirma que 80% dos professores já voltaram e Sinte diz que o número é irreal, indefinição prossegue”
(DC, Geral, p. 25)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 9, 10 e 11/7/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 11/7/11
Assunto: Greve do magistério, Será que hoje, enfim, vai ter aula?		Página: 25

GREVE DO MAGISTÉRIO Será que hoje, enfim, vai ter aula?

Enquanto o governo afirma que 80% dos professores já voltaram e Sinte diz que o número é irreal, indefinição prossegue

MAURÍCIO FRIGHETTO

Uma pergunta na comunidade do Orkut do Instituto Estadual de Educação (IEE), maior colégio catarinense, resume as indefinições sobre a greve no magistério: “Segunda tem aula?”. Sim, quer o governo; não, pensam os professores. A resposta só será dada hoje, quando o movimento completa 55 dias. Só que os desdobramentos não se restringem às salas de aulas, mas à Assembleia Legislativa e ao Superior Tribunal de Justiça (STF)

Como era de se esperar, governo e grevistas têm avaliações diferentes quanto à greve dos professores, que exigem o pagamento do piso nacional da categoria sem achatamento do plano de carreira.

Por um lado, o governo crê em um enfraquecimento do movimento depois que a maioria das assembleias regionais, na semana passada, deci-

diu pela volta às aulas – 17 de 30.

– Nosso objetivo está voltado para a reposição do calendário escolar. A partir de segunda-feira (hoje) esperamos que, aos poucos, aumente ainda mais o número de 80% dos professores que já voltaram às aulas. Se precisar, contrataremos ACTs (Admitidos em caráter temporário) para substituir os grevistas – avalia o secretário de Educação, Marco Tebaldi.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) espera ter, na terça-feira, o levantamento de quantos pro-

fessores estão em greve. Até lá serão realizadas assembleias regionais, embora o resultado pelo fim da greve só pode sair em assembleia estadual.

– Este número apresentado pelo governo é uma falácia – diz Janete Silva, vice-coordenadora do Sinte/SC.

Disputas também na Assembleia e no STF

Na Assembleia Legislativa há outro campo de disputa. O projeto de lei Complementar enviado pelo governo,

com a proposta de reajuste, pode ser votado nesta semana. Mas, segundo o presidente da Casa, só se tiver consenso entre situação e oposição.

O terceiro nó da greve está no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O governo quer a suspensão da liminar que manda repor os descontos pelos dias parados dos grevistas. Segundo a assessoria de Raimundo Colombo, a folha já foi rodada, mas o pagamento vai depender da decisão do STF.

mauricio.frighetto@diario.com.br

MARCO TEBALDI,
Secretário estadual da Educação

Esperamos que, aos poucos, aumente ainda mais o número de 80% dos professores que já voltaram às aulas. Se precisar, contrataremos ACTs para substituir os grevistas.

JANETE SILVA,
Vice-coordenadora do Sinte/SC

Na terça-feira teremos um levantamento de quantos professores estão em greve. Acredito que o movimento vá ficar ainda mais forte quando os professores virem como vai ficar o plano de carreira com o projeto que está na Assembleia.

Deu no DC

<p>NEGOCIAÇÃO FRACASSADA Professores param hoje <small>Governo do Estado não apresenta proposta de implantação do piso nacional do magistério e trabalhadores entram em greve</small></p>	<p>VIRADA DE JOGO Uma greve que não acaba</p>	<p>Magistério parado Governo prepara reposição <small>Estado aposta no encaminhamento do movimento e propõe voto de 80% às aulas. Período de decisão negociação foi desistido</small></p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Em 18 de maio, professores entram em greve depois que o STF decidiu pela legalidade do piso nacional da categoria. O governo, naquela data, não havia apresentado proposta

Professores mantêm a greve, mesmo que 17 das 30 regionais tenham optado pelo término, em 7 de julho

Sexta-feira, dia 8: governo diz não ter condições de fazer nova proposta, que 80% dos professores já voltaram às aulas e começa a pensar na reposição das aulas perdidas



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 11/07/11
Assunto: Greve chega à indefinição		Página: 07

Greve chega à indefinição

Professores. Governo do Estado aposta que movimento está menor

EMANUELLE GOMES

emanuelle@noticiasdodia.com.br

[@Emanuelle_ND](https://twitter.com/Emanuelle_ND)

FLORIANÓPOLIS — A semana começa com um quadro nebuloso na greve dos professores, que completa quase dois meses. O governo do Estado aposta que a paralisação está definhando e que, hoje, não passa de 20%. Além disso, conta com o efeito da posição tomada pelas lideranças na Assembleia Legislativa, de só votar o projeto salarial do magistério com o retorno ao trabalho. Por outro lado, sindicato dos professores promete fazer pressão nos parlamentares amanhã e segurar a greve nos polos regionais.

O secretário da Educação, Marco Tebaldi, acredita que 80% dos grevistas haviam retornado às escolas na sexta, que este percentual está subindo. Porém, o Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) garante que o número não condiz com a realidade.

Com 15 dias de greve, a SED (Secretaria da Educação) admitiu que a adesão chegava aos 70%. Na época, o sindicato trabalhava com adesão de 90%. “A adesão ainda é

de mais de 50%, principalmente porque as grandes regionais, como Florianópolis, São José e Criciúma, ainda estão em greve e somam mais que 20%”, afirma Janete Silva, vice-coordenadora do Sinte.

Segundo a SED, em São Lourenço do Oeste, São Joaquim e Itapiranga todos os professores voltaram às aulas. Em Xanxerê, apenas um professor continua em greve. A SED destaca ainda os percentuais de retorno dos educadores às escolas nas regionais de Seara (96%), Lages (90%), Quilombo (88%), Jaraguá do Sul e Joaçaba (81%), Joinville (80%), São Miguel do Oeste (78%), Blumenau (74%), Timbó (71%) e Tubarão (65%).

Janete acredita que muitos professores que saíram do movimento voltaram depois do envio do Projeto de Lei Complementar 26 à Assembleia. “O governo quer derrubar, com essa lei, o nosso plano de carreira e isso está deixando muito professor indignado”, comenta ela.

Dois lados.

Pelo levantamento da Secretaria da Educação, a greve teve drástica redução nas cidades do interior do Estado. Sinte argumenta que grandes regionais mantêm a greve



Projeto será votado somente com o fim da greve

Os deputados estaduais decidiram que só votarão o projeto de lei que define os salários dos professores se ocorrer o fim da greve. O Projeto de Lei Complementar 26 modifica o valor de vencimentos, altera gratificações, absorve e extingue vantagens pecuniárias dos membros do magistério estadual, ativos e inativos.

A matéria recompõe a regência de classe entre agosto e dezembro nos níveis de 25% para 30% (séries iniciais) e de 17% para 20% (séries finais) com promessa de voltar aos índices normais, de 40% e 25%, a partir de janeiro do ano que vem.

Na sexta-feira passada, o governador Raimundo Colombo definiu o calendário de reposição das aulas até 30 de dezembro. Além disso, decidiu pela contratação de ACTs (Admitidos em



DANIEL QUEIROZINO

Tebaldi. 20% ainda estão em greve

Caráter Temporário) para as escolas que ainda estão sem professores.

“Acho que o governo está dando outro tiro no pé. Se no começo do ano as escolas estavam sem professores, como o governador pretende achar professores habilitados agora?”, questiona a vice-coordenadora do sindicato dos professores estaduais, Janete Silva.

“
Acho que o governo está dando um tiro no pé. No começo do ano não havia professor ACT.

”
JANETE SILVA,
SINTE



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data:11/7/11
Assunto: Votar e votar/Diferenças		Página: 8

Votar e votar

No dia em que o governo do Estado poderá depositar os valores descontados da folha de pagamento dos professores estaduais, em greve há 55 dias, a Assembleia acelera seus trabalhos em cima do projeto de lei complementar, de origem do Executivo, que concede o piso nacional de salários ao magistério catarinense e outras decisões sobre a regência de classe e as horas excedentes. A simples rodagem da folha, confirmada na última sexta-feira, já causou alguma confusão, pois a primeira parcela do 13º do funcionalismo saiu no mesmo dia, uma coincidência que levou professores a afirmarem, de maneira equivocada, que o governo mentia. Mais um capítulo na guerrilha da contrainformação entre movimento e governo.

As ações no Legislativo começam com as reuniões conjuntas das comissões de mérito hoje, e se necessário amanhã, para que o PLC do professores esteja pronto para ser votado em plenário antes do recesso, que, na prática, começa na próxima quinta-feira. A aceleração do trâmite da matéria só é possível por conta de um acordo de líderes.

Na semana passada, os deputados que estão à frente das bancadas, reunidos com o presidente Gelson Merisio, decidiram que só votariam o projeto se a maioria absoluta dos professores retornasse às salas de aula. Os líderes da oposição não respaldaram, de forma total, a versão dos governistas. Disseram que se posicionaram sobre o porquê de votar uma matéria que não trouxe efeito para que os grevistas retornassem ao trabalho.

Trata-se de questão de semântica. Pois, devido à flagrante desvantagem em relação aos 31 parlamentares da base de apoio do governador Raimundo Colombo na casa, nada resta aos nove integrantes da oposição se não marcar posição.

Não votar a matéria do magistério estadual causa um estranho fato jurídico. Os professores estaduais ficariam sem o piso nacional, o que coloca o Estado contra a lei federal, reafirmada em recente julgamento do STF. Caso o elemento de pressão tenha funcionado, junto com ostensiva campanha do Centro Administrativo para o retorno à normalidade nas escolas públicas, os números do comparecimento de professores hoje e amanhã serão decisivos para avaliar o comportamento do parlamento. Além disso, há a obrigatória votação da LDO e uma audiência sobre a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina no meio do caminho.

Diferenças

O Sinte ainda não desistiu de marcar uma audiência com o governador Raimundo Colombo.

Enquanto isso, a Procuradoria Geral do Estado aguarda uma manifestação do STJ sobre o pedido para derrubar a liminar da Justiça catarinense que assegurou o pagamento dos dias parados da greve que foram descontados. Se sair, hoje, poderá interromper o depósito dos salários.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 09 e 10/07/11
Assunto: Ordem é salvar o ano letivo		Página: 03

Ordem é salvar o ano letivo

Magistério. A reposição das aulas será no recesso, se estendendo até 30 de dezembro

LAGES — Reposição das aulas em julho, utilizando dez dias do recesso escolar, se estendendo até 30 de dezembro e sem aulas aos sábados. Estas foram as principais decisões tomadas na reunião realizada, em Lages,

entre o governador Raimundo Colombo, o secretário Marco Tebaldi, diretores da Secretaria de Estado da Educação e os 36 gerentes Regionais de Educação.

Em nome da salvação do calendário escolar de 2011, o governador Raimundo Colombo determinou a retomada imediata das aulas em todas as escolas da rede pública estadual.

Reunido com os 36 gerentes de Educação do Estado e os 36 secretários regionais, o governador declarou: “A greve já se estendeu demais e já produziu os efeitos que tinha de produzir. Em nome dos alunos e dos pais será restabelecida a normalidade”.

Até agora o governo foi flexível e manteve o diálogo. Mas chegou ao limite das negociações e segundo Colombo, se necessário serão contratados professores temporários para suprir as vagas dos professores que estiveram

fora de sala de aula. A reunião na chácara do Banespa teve também a participação dos secretários da Educação, Marco Tebaldi, e da Casa Civil, Antônio Ceron.

Ficou acordado que os gerentes atuarão no diálogo com os professores que ainda não voltaram às salas de aula. “Agora vamos fazer a reposição das aulas. Visitar colégio por colégio, diretor por diretor, sala por sala e vamos normalizar a educação. É isso que a sociedade quer e quem quer voltar para a sala de aula tem todo o direito de voltar”, finaliza o governador.

Para cumprir o ano letivo, Colombo disse que tem de ser operacionalizadas as atividades educacionais nas escolas que já voltaram às aulas e, uma a uma, avaliar a real situação.

Sobre uma possível atitude mais drástica com os grevistas, Colombo afirmou que não haverá retaliação, mas cumprirá o calendário escolar e substituirá quantos professores forem necessários para que os alunos não sejam prejudicados.

Por parte do governo não tem mais o que avançar nas negociações e um grupo de trabalho será constituído para tratar das questões da educação e a partir de segunda-feira será feito levantamento por escola.

Contratações.
Colombo frisou que 80% dos professores, conforme números de sexta-feira, já voltaram e que, se for preciso, serão contratados professores ACTs



Temporários poderão ser contratados

O secretário estadual da Educação, Marco Tebaldi reforçou com gerentes de educação que serão contratados ACTs se faltar professor a partir de segunda-feira. E explicou que os dias da paralisação podem ser pagos se os professores voltarem às aulas e ajudar a cumprir o calendário do ano letivo.

O aumento da folha de pagamento da educação aumentou em R\$ 600 milhões em relação ao ano passado, por conta das negociações até agora com o magistério. O governador Raimundo Colombo lembrou que foram três acertos com os grevistas, mas agora será restabelecida a normalidade. E reiterou que não aceitará que a minoria prevaleça sobre a maioria. "Um golpe de assembleia não pode alcançar 700 mil pessoas", desabafou pedindo que não haja radicalismo e nem ódio.

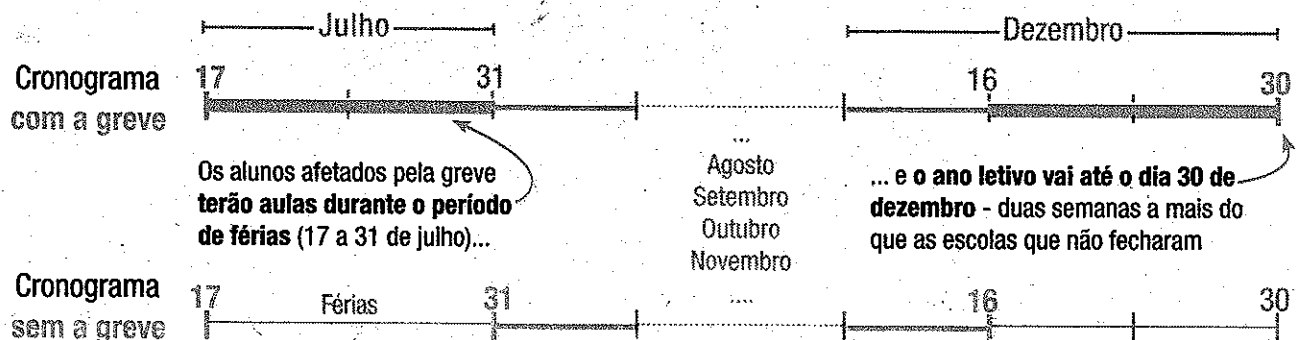
Ele disse ainda que os professores que ainda não retornaram às suas escolas terão dificuldades em encerrar o ano letivo em 2011. "Por isso, pedimos que voltem na segunda-feira para não comprometerem o ano letivo."

“
Um
golpe de
assembleia
não pode
alcançar
700 mil
pessoas.
”

RAIMUNDO
COLOMBO,
GOVERNADOR

CALENDÁRIO Reposição das aulas

Secretaria e gerências regionais vão acompanhar a reposição, no dia a dia escolar, e promoverão encontros sistemáticos de avaliação. Em início de agosto vão se reunir para avaliar o mês de julho e assim por diante. Para as escolas que não participaram do movimento grevista, o calendário escolar continua o mesmo: recesso de 18 a 29 de julho e encerramento do ano letivo no dia 16 de dezembro.



Domingo
Segunda
Terça
Quarta
Quinta
Sexta
Sábado

Aulas de segunda a sexta, sem necessidades de reposição aos sábados

28 de Outubro (Dia do Servidor) e 14 de Novembro (ponto facultativo) serão dias letivos normais.



Uma forma alternativa de reposição será o professor dar aulas no lugar de um colega que não pode ir trabalhar. Entretanto, ele não poderá dar mais que três aulas seguidas.



CLIPPING

Veículo: http://www.clierbs.com.br/	Editoria: Plantão	Data:11/7/11
Assunto: Educação – cobertura especial: os professores da rede estadual voltaram para salas de aula?		Página: Online

Educação | 11/07/2011 | 08h20min

Cobertura especial: os professores da rede estadual voltaram para salas de aula?

Segundo o governo de SC, as aulas recomeçam nesta segunda-feira

Acompanhe ao vivo a cobertura especial feita pelo Grupo RBS em mais de 200 escolas da rede estadual de Santa Catarina. Os repórteres de diferentes veículos de comunicação — site, jornal impresso, rádio — irão verificar nesta segunda-feira quantos professores retornaram às salas de aulas e quantos ainda estão em greve.

No início da semana, em assembleias regionais, **os professores decidiram pelo fim da greve**. Dois dias depois, em assembleia estadual, **os docentes decidiram pela continuidade da greve**. Na última sexta, o **governo anunciou o novo calendário letivo** afirmando que as aulas recomecem nesta segunda-feira, quando a greve completaria 55 dias.

Cobertura especial: os professores voltaram para salas de aula?



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 9/7/11
Assunto: Greve do magistério – Governo espera que aulas sejam retomadas segunda		Página: 17

GREVE DO MAGISTÉRIO

Governo espera que aulas sejam retomadas segunda

Dados divulgados indicam que 80% dos professores já retornaram às atividades em Santa Catarina

PABLO GOMES

As aulas da rede estadual vão até 30 de dezembro, sem utilizar os sábados e pegando os 10 dias de recesso escolar de julho. Estas são as principais estratégias para garantir a reposição sem precisar avançar para 2012.

As decisões foram discutidas, ontem, em Lages, em uma reunião, onde o governador Raimundo Colombo fez duras críticas aos professores que continuam em greve.

Reunido com secretários e gerentes regionais de educação, a aposta deles é que na segunda-feira as atividades escolares voltem ao normal. Dados divulgados na quinta-feira mostraram que 80% dos docentes já retornaram às atividades.

De acordo com a diretora de Educação Básica, Gilda Mara Penha Marcondes, a reposição ocorrerá sempre de segunda a sexta-feira, sendo que os feriados de 28 de outubro e 14 de novembro também serão destinados para o cumprimento dos 200 dias letivos, previstos em lei. Ela ainda observou que os professores que não retornarem às escolas até segunda-feira terão dificuldades em encerrar o ano letivo.

Outra alternativa é usar as aulas de colegas que por algum motivo não possam ir trabalhar em determinado dia, preenchendo essa lacuna. Tudo será feito dentro de regras, como

não extrapolar três aulas seguidas da mesma disciplina. Secretaria e Gerências Regionais de Educação vão acompanhar a reposição, no dia a dia escolar. Em início de agosto vão se reunir para avaliar o mês de julho e assim por diante.

O governador ainda convocou todos os secretários regionais e gerentes de educação para convencerem um por um dos professores a retornarem ao trabalho.

Governador critica grevistas e partido

Durante 20 minutos, Colombo fez um discurso firme, deixando claro o seu descontentamento com a greve. Para ele, foi feito tudo o que era pos-

sível, e que agora é preciso prevalecer o bom senso por parte do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte).

– Não podemos aceitar que a grande maioria queira voltar e apenas uma pequena minoria resista, prejudicando 700 mil pessoas. A reivindicação é justa, mas a greve não tem mais sentido e nenhuma justificativa de consenso – comentou o governador, lembrando que, conforme números de quinta-feira, 80% dos professores já retornaram às atividades.

Raimundo Colombo atacou por fim o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), a quem acusou de fomentar a greve.

– São anarquistas e atrapalharam a educação – disparou.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 9/7/11
Assunto: Greve do magistério – Governo espera que aulas sejam retomadas segunda		Página: 17

DAISY TROMBETTA

À espera de uma decisão

Ainda sem uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o pedido de suspensão de liminar – que determinou o pagamento dos descontos sobre salário dos grevistas –, o procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, informou que a folha suplementar para repor os valores já foi providenciada.

Ela será rodada com base nos salários determinados pela medida provisória encaminhada à Assembleia Legislativa em junho, já que os descontos foram feitos sobre eles.

O Estado precisa cumprir a liminar da Justiça até segunda-feira, senão terá que pagar uma multa diária de R\$ 100 mil.

Caso o STJ derrube a decisão, o governo não precisa repor os descontos e pode continuar abatendo os dias parados dos professores que ainda estiverem em greve.

Contraponto

O que diz o Sinte

Apesar da discussão sobre a reposição de aulas, feita pelo governo, a coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Alvet Bedin, afirmou que a posição dos professores é que de que só haverá recuperação do conteúdo, se houver o pagamento dos descontos.

– Isso faz parte das negociações ao final da greve, quando discutimos o calendário – observou Alvet.

Uma das representantes do Sinte, Joaquina de Oliveira, filiada ao PSTU, partido com o qual já concorreu à prefeitura de Florianópolis, rebateu o governador Raimundo Colombo, afirmando que o sindicato tem filiados de todos os partidos.

– Um sindicato não pode ser ligado a um partido, precisa ter autonomia partidária, senão se torna perigoso.

Joaquina ainda criticou a postura do governo durante a greve:

– Dizer que vai colocar professor no lugar dos grevistas é uma ameaça nada original. E ficou claro que a Secretaria da Educação está com ausência de alguém que entenda de educação. Só há reposição de aula depois que a greve termina. E uma reposição de qualidade só é possível se o professor volta feliz à sala de aula.

Dia para revisar conteúdo

DAISY TROMBETTA

Joaçaba

vestiu na revisão.

Nos 13 municípios que compõem a regional de Joaçaba, no Meio-Oeste do Estado, algumas escolas retomaram completamente as aulas ontem. Outras se preparam para receber os alunos na próxima semana. Todos os grevistas suspenderam a paralisação.

Alguns professores já voltaram às salas e trabalham, principalmente, na revisão de conteúdos ensinados antes da paralisação.

Uma das escolas que retomaram sua atividades ontem foi a EEB Melo e Alvim, em Herval d'Oeste. A docente de matemática, Cloé de Souza, in-

– Uma greve sempre desestrutura o ensino. Primeiro temos que fazer revisões, para depois retomar os conteúdos e o ritmo – frisa.

Para os alunos, voltar às aulas é ainda mais difícil. Apenas os mais corajosos encararam o frio da manhã para retomar as atividades. Euler Diego de Oliveira, da 7ª série da EBB Melo e Alvim, foi um dos que ocuparam a carteira. Para ele, vai ser difícil recuperar o pique para aprender.

– Sabemos que não teremos férias e é difícil voltar às aulas depois de tanto tempo. Os pais cobram para que a gente estude bastante para não perder o ano – afirma.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 9/7/11
Assunto: Em Lages		Página: 8

“Não sei se a greve é política e nem me interessa. O que deve prevalecer, agora, é a política da educação.”

RAIMUNDO COLOMBO,
governador do Estado, ao responder sobre as posições de integrantes do Sinte na greve dos professores.



Em Lages

Na reunião com os 36 gerentes regionais de Educação, em Lages, o governador Raimundo Colombo não disfarçava a irritação com a greve dos professores.

Pedi que os gerentes se desloquem de casa em casa, a partir de agora, para assegurar a volta às aulas do maior número de educadores. Colombo não irá receber os representantes do Sinte, que protocolaram um pedido de audiência.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 11/7/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Acordo distante

A Assembleia Legislativa entra em recesso nesta quinta-feira. Se até quarta não houver um entendimento entre o governo e os professores sobre o projeto de lei complementar que trata do piso salarial, a matéria fica para agosto. Neste caso, os professores terão redução salarial. O governo aplicou em junho os aumentos da Medida Provisória 189, já revogada. Portanto, perdeu seus efeitos legais. O que está em vigor é a lei com os vencimentos de março e abril. A outra alternativa para respaldar juridicamente a proposta salarial que os professores rejeitam seria uma nova medida provisória. Opção descartada. Haveria inconstitucionalidade, como já definido pelos deputados.

Os professores continuam em greve pelo piso na carreira. Como o governo não admitiu sequer examinar o parcelamento do benefício, solução adotada por outros estados, o impasse permanece. Quer dizer: acordo não haverá. Com isto, descarta-se a condição estabelecida pela mesa diretora da Assembleia de só aprovar o projeto oficial, em regime de urgência, mediante acordo de lideranças. Os três partidos que estiveram ao lado dos grevistas não devem respaldar esta solução política.

Se concordarem, contrariando frontalmente os professores, a mensagem oficial passaria facilmente. O governo continua com maioria tranquila na Assembleia. O presidente Gelson Merisio fixou as duas condições – acordo de lideranças e retorno à sala de aula – por razões regimentais e políticas. Apega-se ao regimento para evitar que o parlamento transforme-se em campo de batalha, provoque prejuízo irreparável aos deputados que serão candidatos em 2012 e entre num confronto que foi criado pelo Executivo.

TEM SAÍDA?

Os professores foram colocados num beco sem saída. Darão plantão na Assembleia Legislativa para que o projeto de lei seja rejeitado. O governo tem maioria tranquila e poderá transferir a decisão para agosto. Neste cenário, há o risco de maior esvaziamento da greve. Os professores teriam condições de reverter esta situação desconfortável, colocando o governo em sinuca, se a greve ganhasse mais força esta semana, mantendo a paralisação no noticiário político. Ou, então, com a rejeição do projeto pela maioria parlamentar, possibilidade muito distante, senão impossível. A rejeição seria o pior cenário para o governo e o ideal para os professores. Raimundo Colombo teria que reabrir negociações para enviar um novo projeto, em condições mais favoráveis ao magistério. O governador enfatizou que estão encerradas as negociações. Os secretário Antônio Ceron reiterou, na convenção de fundação do PSD, que “não há mais espaços para negociações”, ao anunciar de forma categórica que “a greve termina esta semana”. Confirmou, também, que a Secretaria da Educação começará a contratar professores para substituição dos grevistas. O endurecimento do jogo foi anunciado pelo próprio Raimundo Colombo, quando alvo de protestos. Ele perdeu a calma e antecipou que agora o governo vai atuar com todo o rigor.

A semana terá outra definição relevante que pode criar um fato novo: a decisão do ministro Félix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça, que deverá se posicionar sobre o pedido de suspensão da liminar do juiz Hélio do Valle Pereira, mandando o governo devolver imediatamente os descontos salariais dos grevistas. A liminar não foi cumprida. Foi, depois, confirmada pelo desembargador Gaspar Rubick. O juiz deu prazo ao governo, fixando multa pelo descumprimento.

Nada aconteceu. O governo alega que o Judiciário descontou dos servidores da Justiça que fizeram greve e não adota o mesmo procedimento para o Executivo. A questão, contudo, é de outra ordem. Se a Justiça tivesse decretado a ilegalidade da greve, os professores não teriam que retornar às escolas?



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 9/7/11
Assunto: Diversos		Página: 3

O PSD e a coalizão

Com a presença de seu fundador nacional, o prefeito Gilberto Kassab, realiza-se hoje, na Assembleia Legislativa, às 10h, a convenção que marcará a fundação do Partido Social Democrático. Serão eleitos o diretório regional e a comissão executiva estadual. Na presidência, o advogado Nelson Serpa, também procurador-geral do Estado. Na primeira vice, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, e na segunda vice, o secretário Paulo Bornhausen. Na liderança da nova legenda, o governador Raimundo Colombo.

Nasce o PSD da costela do DEM, o novo nome do antigo Partido da Frente Liberal, fundado em 1985 pelo ex-senador Jorge Bornhausen, dissidência da Arena, que viabilizou a eleição de Tancredo Neves e José Sarney à Presidência e vice da República, na primeira contestação à sucessão comandada pelos militares.

O PSD nasce com representação política maior do que o antecessor. Terá três deputados federais, nove deputados estaduais (o ex-PFL tinha sete), 56 prefeitos e mais de 540 vereadores – 200 são novos que se agregam. Será a segunda maior representação parlamentar. Perde só para o PMDB. O ato público de fundação não terá o foguetório que se previa. Vai acontecer de uma forma festiva, mas até um pouco discreta. De um lado, em função de reações que surgiram nas bases do próprio DEM. De outro, o clima político produzido pela greve dos professores. E, de alguma forma, as denúncias de filiados fantasmas, que surgiram no Oeste. Houve, também, alguns problemas nas assinaturas de fundadores, que não conferiram com aqueles existentes nas listas de votação da Justiça Eleitoral. Mas ultrapassou a exigência mínima o número de subscritores do novo partido em SC. O PSD terá dois dilemas até outubro. O primeiro, cumprir todos os prazos da lei partidária.

O segundo, impedir que o Congresso aprove regras com punições severas por infidelidade partidária aos eleitos que se desligarem da legenda para fundar novo partido. Hoje, todos estão protegidos. Mas há projetos que punem com a perda do mandato.

ALIANÇA

Fundador no Estado e líder maior do novo partido, Colombo será exigido na estratégia de manutenção da tríplice aliança que o levou ao poder. Os descontentamentos são maiores nos bastidores. Mas começam a pipocar também no cenário político.

O silêncio dos líderes da coalizão na greve dos professores foi tido como queimação do PMDB, para preparar a cama de 2012 e, sobretudo, 2014. A omissão do PSDB é considerada um troco pelo enfraquecimento na formação do governo. O PMDB já tem metralhadora acionada contra o governo: o deputado federal Mauro Mariani, o mais votado em 2010. Adotou uma postura crítica no Estado e em Brasília para condenar duas situações: a paralisia do governo e a proposta de prorrogação dos mandatos dos diretórios. No jornal *Gazeta de São Bento do Sul* disparou: “Este governo está desgovernado!”. Defendeu a saída do partido: “O PMDB tem que estar desconectado do governo estadual. Daqui a pouco vamos ter de sair e pedir desculpas à população.”

Declarou-se frustrado: “A expectativa seria um governo bem diferente. Santa Catarina avançou muito nos últimos anos, mas agora está seis meses praticamente parada!”. Criticou a posição na greve: “É uma negociação muito mal conduzida. E isso é em todo o governo: nada se decide, nada se resolve.” Mauro Mariani foi secretário de Luiz Henrique duas vezes. Disputou a prefeitura de Joinville, indicado pelo ex-governador. Exigiu renovação partidária em Brasília na reunião do comando nacional com os diretórios regionais. Acusou o PMDB de reeditar as práticas antigas da Arena, que costumava prorrogar os mandatos. Quer eleições e está disposto a disputar a presidência do partido, hoje entregue ao vice-governador Eduardo Moreira.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 09/07/11
Assunto: Sai calendário de reposição		Página: 14

Sai calendário de reposição

As aulas da rede estadual vão até 30 de dezembro, sem utilizar os sábados e pegando os dez dias de recesso escolar de julho. Estas são as principais estratégias para garantir a reposição sem precisar avançar para 2012. As decisões foram discutidas ontem, em Lages, em uma reunião na qual o governador Raimundo Clombo fez duras críticas aos professores que continuam em greve.

Reunido com secretários e gerentes regionais de educação, a aposta deles é que na segunda-feira as atividades escolares voltem ao normal. Dados divulgados na quinta-feira mostraram que 80% dos docentes já retornaram às atividades.

De acordo com a diretora de educação básica, Gilda Mara Penha Marcondes, a reposição ocorrerá sempre de segunda a sexta-feira, sendo que os feriados de 28 de outubro e 15 de novembro também serão destinados para o cumprimento dos 200 dias letivos, previstos em lei.

“Os professores que não retornarem às escolas a partir de segunda terão dificuldades em

encerrar o ano letivo”, disse.

Apesar da discussão sobre a reposição feita pelo governo, a coordenadora do Sinte, Alverte Bedin, afirmou que a posição dos professores é de que só haverá recuperação do conteúdo se houver o pagamento dos descontos. “Isso faz parte das negociações ao final da greve, quando discutimos o calendário”, disse.

Aulas recomeçaram ontem

Nas 13 cidades que compõem a regional de Joaçaba, no Meio-Oeste do Estado, algumas escolas retomaram completamente as aulas ontem. Outras se preparam para receber os alunos na próxima semana. Todos os grevistas suspenderam a paralisação.

Uma das escolas que retomou as atividades foi a EEB Melo e Alvim, em Herval d'Oeste. No primeiro dia após a suspensão da greve, a docente de matemática Cloé de Souza investiu na revisão. “Uma greve sempre desestrutura o ensino. Primeiro temos que fazer revisões, para depois retomar os conteúdos e o ritmo.”



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 09 e 10/07/11
Assunto: Comparação		Página: 02

Comparação

Durante a explanação aos gerentes regionais de Educação, sexta-feira, em Lages, o governador Raimundo Colombo, que pediu empenho aos professores e diretores para que retornem às aulas e restabeleçam o ano letivo, destacou que a diferença da folha de pagamento do magistério em 2010 comparada com a de 2012 será de R\$ 600 milhões. Reflexos do piso.

CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 11/07/11
Assunto: Greve		Página: 31

Greve

A paralisação das aulas por mais de 50 dias representa um prejuízo incalculável. Não bastassem os riscos individuais e sociais a que já estão sujeitos nossos jovens, o fato de ficarem sem aulas tornou o quadro ainda mais preocupante.

A responsabilidade de negociar coube ao secretário adjunto da Educação, professor Eduardo Deschamps, ex-reitor da Furb. Outros trunfos tinha o governo e não os usou: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz e Ernani Bayer também fazem parte do governo.

O primeiro, no Conselho Estadual de Educação, o último na administração central. Ambos já superaram grandes desafios, como ex-reitores da UFSC, e foram hábeis nas negociações com grevistas. Fica a lembrança.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 11/7/11
Assunto: Votações na assembleia, a última semana antes das férias		Página: 6

VOTAÇÕES NA ASSEMBLEIA

A última semana antes das férias

Deputados precisam decidir sobre projeto do magistério e bater martelo a respeito da LDO 2012 para entrarem em recesso

GABRIELLE BITTELBRUN

A última semana de trabalhos na Assembleia Legislativa (AL) antes do recesso de julho deve ser pautada por dois assuntos principais: o projeto de lei complementar da educação e o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O primeiro é a cartada do governo para que os professores da rede estadual terminem a greve, que já chega aos 55 dias. O presidente da AL, deputado Gelson Merisio (PSD), diz que a expectativa é que o projeto vá a plenário, no máximo, até quarta-feira:

– Temos que votar esta semana. Tem todo esse apelo da comunidade pela volta às aulas. Só precisa do acordo entre as categorias e os partidos de oposição e da base. Seria bom para os professores, para os alunos e para a sociedade – explica Merisio.

O projeto propõe o pagamento do piso e a reestruturação da regência de classe no vencimento de agosto. Caso não haja votação, o próximo salário dos professores teria os mesmos valores de antes do início da greve, em maio. A preocupação do deputado Romildo Titon (PMDB) é que, nesse caso, o Estado estaria descumprindo a lei do piso do magistério (leia mais sobre o assunto na página 18).

Também deve ser votado, ainda nesta semana, o projeto que estabelece as diretrizes orçamentárias do ano que vem. A proposta de tirar o Fundeb da base de cálculo para o repasse aos poderes deve ser aprovada sem problemas, segundo o deputado Joares Ponticelli (PP).

– Já tem acordo de todas as bancadas pra

retirar o Fundeb, não deve mais ter discussão sobre isso – expõe Ponticelli.

Segundo o deputado Romildo Titon, cerca de quatro outros projetos estão com prazos estourados e devem entrar em votação ainda nesta semana. É o caso do projeto Revigorar, que prevê a regularização dos inadimplentes em impostos como o ICMS. Ele acredita que, até quinta-feira, quando há a última sessão ordinária, os deputados conseguiram dar uma “boa limpada” nas propostas com prazo.

Na terça-feira, audiência sobre defensoria pública

Além das votações e dos encontros das comissões permanentes, estão previstas três audiências públicas nesta última semana antes do fim do semestre na AL. A mais polêmica delas, ainda de acordo com Ponticelli, é a de terça-feira de manhã, em que defensoria pública de SC será discutida. O projeto, de iniciativa popular, prevê a substituição ao modelo adotado, atualmente, de convênio entre Estado e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

– O Estado, de um modo geral, já está com a estrutura saturada, não está conseguindo dar conta dos seus compromissos. Adotar a defensoria pública seria agregar mais uma estrutura pesada, por isso, o assunto deve ser bem debatido – destaca Ponticelli.

Uma audiência pública para discutir o relatório sobre o término do trecho Sul da BR-101, que contaria com a presença de Luiz Antonio Pagot, ex-diretor-geral do Dnit que foi afastado do cargo pelas suspeitas de corrupção envolvendo o órgão, foi retirada da agenda.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 11/7/11
Assunto: Votações na assembléia, a última semana antes das férias		Página: 6

Os assuntos mais polêmicos e urgentes



O que deve ser prioridade

Projeto da LDO

A proposta para o exercício financeiro de 2012 está na Assembleia desde maio. No projeto, o Estado aumenta os percentuais de repasse aos poderes e instituições – Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e Udesc –, retira o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) da base de cálculo e aplica um redutor de 2,65%. Com isso, os valores aos poderes serão menores e o Estado prevê uma folga de R\$ 91 milhões.

Projeto de lei complementar da educação

Na AL desde quinta-feira passada, o projeto do governo estipula o pagamento do piso do magistério e a reestruturação da regência de classe já no vencimento de agosto. Os índices passariam de 25% para 30% para professores de 1º a 5º ano do ensino fundamental, e de 17% para 20% para os docentes do ensino médio e de 6º a 9º ano do fundamental. Os percentuais antigos, de 25% e 40% sobre o salário, seriam pagos a partir de janeiro do ano que vem.



O que fica para depois

Aposentadoria especial

A proposta estipula a revogação da lei que garante a servidores públicos que exerceram mandato de deputado estadual se aposentarem com salário de parlamentar. A possível aprovação da proposta não deve pôr fim à polêmica, já que o texto preserva o direito daqueles que já tiveram o benefício aprovado – que são, pelo menos, Odete de Jesus, Jair Silveira e Simone Schramm. A proposta está para ser votada desde maio do ano passado.

Ações da Casan

O plano de venda de parte das ações da Casan, para o governo garantir recursos para o saneamento, deve ficar só para o segundo semestre. A intenção da AL é, primeiro, realizar uma audiência pública para se discutir a questão. E, então, o assunto irá a plenário.



GELSON MERISIO (PSD)

Presidente da Assembleia, sobre o projeto do magistério



Temos que votar. Só precisa do acordo entre as categorias e os partidos. Seria bom para os professores, alunos e a sociedade.



JOARES PONTICELLI (PP)

Deputado, sobre retirar o Fundeb para a base de cálculo dos repasses



Já tem acordo pra retirar o Fundeb da base de cálculo do repasse aos poderes, não deve mais ter discussão sobre isso.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Opinião	Data: 09 e 10/07/11
Assunto: A greve e o mérito de quem ensina		Página: 06

A greve e o mérito de quem ensina



Jefferson Fonseca

Historiador e professor na rede pública estadual

Nessa semana a sociedade catarinense foi surpreendida pela continuidade da greve na educação. Após uma série de negociações e a garantia por parte do governo do Estado do cumprimento da lei do piso, esperava-se que os professores também se preocupassem com os alunos e retomassem as atividades. As mudanças na tabela de progressão salarial e na gratificação por regência de classe foram os motivos alegados para que a assembleia do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) frustrasse a expectativa geral. Como pano de fundo das reivindicações, sindicato e professores em greve alegam a preocupação com a qualidade da educação pública em nosso Estado. Mas a ausência da ideia de meritocracia nesse debate nos faz duvidar dessas boas intenções.

Recentemente uma série de reportagens exibida em rede de TV aberta comprovou presencialmente o que as pesquisas já indicavam: melhores salários não garantem a qualidade do aprendizado dos alunos. Mostrou-se que no mesmo município a remuneração dos professores na escola com o pior índice no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) não era muito diferente da remuneração na escola com melhor índice. O investimento em ferramentas educacionais (cada vez mais tecnológicas),

nas famílias dos alunos e o reconhecimento do mérito dos bons professores provocam melhoras na qualidade da educação que não aparecem com o simples aumento de salário.

A verdadeira distorção na educação é ver professores dedicados, preparados e frequentes receberem o mesmo que os displicentes e faltosos, desde que tenham os mesmos diplomas e tempo de serviço. A progressão salarial acontece por tempo de serviço e pela formação continuada, e nem um nem outro são garantia de qualidade de aprendizado dos alunos. Um professor recém-formado pode dar uma aula melhor que outro com 25 anos de carreira. E a formação continuada, sendo quase obrigatória para a melhoria da remuneração, muitas vezes vira um acúmulo de horas de cursos que raramente mudam a dinâmica em sala de aula.

Santa Catarina deveria transformar esse momento de crise na educação numa oportunidade de implantar a progressão por mérito. Fosse a qualidade de ensino e aprendizado o verdadeiro objetivo do sindicato, certamente o tema não passaria em branco. E os bons professores agradeceriam. A continuidade da greve provou que os objetivos são outros. Nesse cenário, falar em meritocracia certamente viraria motivo para outra paralisação.



A distorção

é ver

professores

dedicados e

frequentemente

receberem

o mesmo

que os

displicentes

e faltosos.





CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Você.Leitor	Data: 09/07/11
Assunto: Os professores e a geração “Y” na escola		Página: 28

Os professores e a geração “Y” na escola



ALESSANDRA NOVAK SANTOS, professora de ciências/biologia no Colégio Tupy (COT)

Ao analisar imagens e acontecimentos dos últimos anos relacionados à sala de aula, observei que pouca coisa mudou: mestres cansados, alunos desinteressados, pais sem saber o que fazer. Mas algo precisa ser feito. Nas fotos do curso de capacitação de que participei – e que motivou reflexões –, verifiquei a repetição de décadas na posição das carteiras em sala de aula: uma cabecinha atrás da outra, com o mínimo de comunicação, com a atenção voltada ao que detém os saberes: o professor.

Discussões teóricas, mais do que repetidas, colocam o educador como figura mediadora, orientadora, tirando-o do centro do mundo do saber. Mas por que a posição na escola não mudou? Como professora, constatei quão desinteressantes somos em determinados momentos: “Você segue aquele cara no Twitter? Você viu aquela foto no Facebook?”, comentam os alunos. Enquanto nós, professores, questionamos: “Tui... face o quê?”, “Para que se usa isso?”. Imagino que os alunos ficam questionando “em que mundo vive essa professora? Que antiga...”. Realmente, me tornei antiga. Mas até pouco tempo atrás juro que não era.

Estas reflexões tratam de uma autocrítica iniciada numa palestra sobre “como preparar aula para a geração Y”. Eu, teoricamente situada na geração “X”, uma anterior à “Y”, decidi mudar. Mudar e me atualizar para me aproximar daqueles que pretendo atingir por meio de reflexões que melhorem a vida. Não há possibilidade de atingir os alunos se vivo em um mundo diferente. Preciso penetrar neste universo que mudou, foi ampliado, que ficou cheio de novas tecnologias. Num primeiro momento, pedi – sem nenhum constrangimento – ajuda a um dos meus alunos para que me auxiliasse a fazer um Twitter. Ele entende muito mais disso e tem muito a me ensinar! E também tenho a minha parte a fazer como orientadora da utilização destes recursos: a não exposição, a ética, o respeito, valores que diariamente pregamos e ensinamos em sala de aula.

A escola pode e deve mudar, e isto só acontecerá quando nós, educadores, mudarmos também. Devemos inserir a escola no contexto do nosso educando, fazendo com que o processo de ensino-aprendizagem de fato torne-se prazeroso e deixe de ser chato e cansativo. Acredito que tais reflexões façam parte da vida de muitos educadores e espero que também os inquiete. Não que elas sejam a verdade certa, pois fazem parte de uma verdade momentânea e individual, mas que podem servir de ponto de mudança para a vida de muitos educadores e educandos deste País.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Você.Leitor	Data: 10/07/11
Assunto: Greve dos professores		Página: 33

Greve dos professores

Sou aluna do 3º ano do ensino médio na escola da rede estadual. Concordo com os professores de reivindicarem seus direitos. Como eles mesmo falam, quem não luta por seus direitos não é digno deles. Mas acho que essa greve já está indo longe demais, políticos e professores devem chegar a um acordo o mais breve possível. Alunos estão sendo prejudicados. Ainda mais nós, do 3º ano, que vamos prestar vestibular. Sem conteúdo, como vamos conseguir o que queremos? Precisamos ter aula para nos formarmos, fazer desse Brasil um país melhor.

Precisamos de aula, de professores nos ensinando. E cadê os políticos que tanto falam em educação? Para chegar nesta situação – mais de 50 dias sem aula –, eles não estão nem aí para os estudantes. Ainda não sou obrigada a votar, mas votei nestes políticos que ganharam. Achei que tinha feito certo. Votei porque achei que eles podiam fazer de Santa Catarina um Estado melhor. Mas, deste jeito, vejo que perdi meu voto.

Já está mais do que na hora de fazer algo, de chegar a um acordo. Sem aula, nós não podemos ficar.

Fernanda B. Carvalho, 17 anos
Maíra



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 9/7/11
Assunto: Bolo repartido, Governo vai aplicar dinheiro na Educação		Página: 9

BOLO REPARTIDO

Governo vai aplicar dinheiro na Educação

Repasse para 2012 resultará em R\$ 91 milhões a mais no caixa do Estado

NATÁLIA VIANA

O acordo costurado entre o governo e os poderes com relação aos repasses resultará em R\$ 91 milhões a mais do caixa do Estado em 2012.

Este dinheiro ficará no caixa geral do Estado e, em tese, poderia ser usado em qualquer área. O governo já se comprometeu a aplicar todos os recursos na Educação. O valor ajuda, mas não resolve as dificuldades para honrar os compromissos com o magistério. Hoje, sem aplicar o piso nacional, a folha da Educação consome R\$ 154,5 milhões por mês.

Sem contar o novo piso, cobriria apenas 58% de um mês de salário do magistério. Com os R\$ 91 milhões em caixa, o governo terá mais R\$ 7,5 milhões a mais por mês.

O valor vai cobrir 20% dos R\$ 38 milhões que o governo gastará a mais

com a folha do magistério, a partir de janeiro, de acordo com proposta do Sinte. O acerto foi comemorado pelo governador Raimundo Colombo, pelo fato dos outros poderes e instituições terem aceitado abrir mão de parte de seus orçamentos para colaborar com o Executivo. Em termos práticos, o montante ajuda, mas não resolverá as dificuldades do governo na área da Educação.

Com a retirada do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) da base de cálculo, o governo esperava contar com cerca de R\$ 350 milhões a mais no caixa a partir do próximo ano.

A partir da ponderação dos poderes, que afirmaram que já tinham compromissos assumidos, passou-se a buscar um meio termo. Após conversas e projeções, chegou-se a um número – R\$ 91 milhões. Este seria o valor que as instituições aceitavam cortar dos seus orçamentos para co-

laborar com o Estado em 2012.

A partir deste número, os técnicos começaram a fazer contas para chegar a uma fórmula matemática que basearia o acordo. O acerto prevê a retirada do Fundeb da conta e o aumento dos percentuais para recompor o valor perdido. Sobre este valor, será aplicado um redutor de 2,65%.

Oficialmente, nem a Secretaria da Fazenda e nem os poderes quiseram divulgar quanto cada um deve receber em 2012. Com base na previsão de receita para o próximo ano, o DC calculou o percentual de cada instituição. Aplicando a fórmula, chega-se a uma economia de R\$ 67 milhões.

Segundo a Fazenda, para atingir os R\$ 91 milhões, é preciso acrescentar R\$ 24 milhões com ganhos de aplicação financeira, que antes entravam na conta e que os poderes teriam aberto mão a partir de 2012.

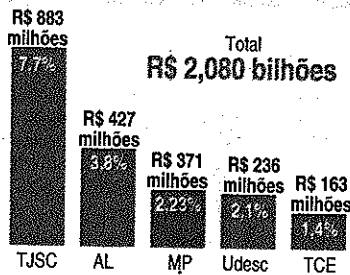


CLIPPING

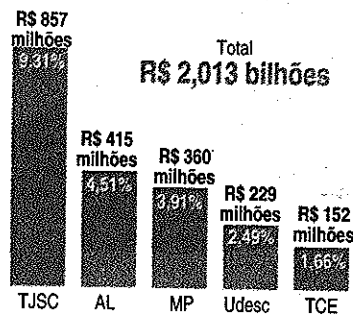
Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 9/7/11
Assunto: Bolo repartido, Governo vai aplicar dinheiro na Educação		Página: 9

Números em 2012

PROPOSTA ORIGINAL DA LDO
(com Fundeb)



COMO VAI FICAR
(sem Fundeb, percentuais reajustados e aplicado redutor de 2,65%)



R\$ 2,080 bilhões
 -
 R\$ 2,013 bilhões
 =
 R\$ 67 milhões
 +
 R\$ 24 milhões (ganhos de aplicação financeira)
 =
 R\$ 91 milhões no caixa do governo

Na proposta inicial do governo a expectativa era economizar **R\$ 250 milhões**

Deu no DC

ADIVISÃO DO BOLO
Acordo garante folga de R\$ 90 milhões ao governo

O cálculo foi antecipado pelo DC

Acordo deve ser revisto para 2013

As negociações entre o governo e os outros poderes envolvem apenas os percentuais para 2012. Segundo o assessor especial da presidência do Tribunal de Justiça, Luiz Felipe Schuch, o acordo firmado é válido somente para o próximo ano e deve ser revisto para 2013.

– O acordo foi fruto da boa vontade dos poderes para prestar um auxílio temporário para o Executivo. Vamos adiar alguns projetos do Judiciário para viabilizar esta colaboração. Construímos uma solução para esta dificuldade momentânea do Estado e vamos rever o assunto para 2013 – diz Schuch.

O acerto entre governo e poderes resultou em uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em tramitação na Assembleia. É a LDO que fixa o percentual da receita que os poderes receberão no ano seguinte. O relator do projeto da LDO, Gilmar Knaesel (PSDB), apresentou o relatório final na Comissão de Finanças na última quarta-feira.

O relatório será votado na Comissão na segunda-feira, em reunião extraordinária às 17h. A expectativa é que o projeto seja votado em plenário até quarta-feira. Os deputados são obrigados a votar a LDO antes do recesso que começa no dia 16.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Economia	Data: 9/7/11
Assunto: Jovem trabalhador Cursos para 8,6 mil em SC		Página: 13

JOVEM TRABALHADOR

Cursos para 8,6 mil em SC

Programa do governo prevê investir R\$ 16,4 milhões em capacitação profissional em 21 municípios

ALESSANDRA OGEDA

O ministro do Trabalho Carlos Lupi esteve ontem em Florianópolis para assinar convênios com 21 municípios catarinenses para o Projovem Trabalhador.

Serão investidos R\$ 16,4 milhões para a capacitação de 8.650 desempregados no Estado.

Apenas na Capital, 2 mil jovens entre 18 e 29 anos terão acesso a uma bolsa de auxílio financeiro de R\$ 600, parcelada em seis vezes, e que será fornecida pelo período em que eles fizerem cursos profissionalizantes. A definição dos cursos, da data de início e da seleção das pessoas que vão receber o auxílio será feito pelas prefeituras através das secretarias de trabalho ou de assistência social.

Essa é a segunda fase do projeto, direcionado para inserir desempregados na faixa etária de 18 a 29 anos. Na anterior, o governo federal firmou parcerias com os estados.

– Fizemos uma série de adequações para que o programa tenha um melhor resultado. A prefeitura que desenha, porque ela está lá, sendo procurada diretamente pelas pessoas – disse o ministro Lupi.

De acordo com o ministro, o foco do programa são as famílias mais vulneráveis, que ganham até um salário mínimo e que estão em áreas carentes. Os cursos duram 350 horas de aula e oferecem conteúdo de qualificação profissional e de reforço de conteúdos básicos, como matemática,

português e conhecimentos gerais.

A previsão é de que pelo menos 30% das pessoas que receberão a bolsa deverão ser contratadas após a qualificação profissional. Para atingir esse número, segundo Lupi, será fundamental que as prefeituras consigam uma boa sintonia com a demanda dos empresários de cada cidade.

O ministro destacou a geração de 1,171 milhão de empregos formais nos cinco primeiros meses deste ano e disse que junho também foi um mês de crescimento. Mas não revelou o dado final do semestre.

Pela lógica do ministro, se o consumo e a economia estão aquecidos, é devido ao salário e ao emprego formal. Classificando-se como um “empêcilho” de qualquer proposta para tirar direito dos trabalhadores, Lupi disse que sua opinião contraria a dos economistas ao defender o aumento salarial acima da inflação.

– É o salário que gera distribuição de renda e o consumo interno, que salvou o Brasil da crise de 2009. O que gera a inflação é a especulação.

alessandra.ogeda@diario.com.br

Oportunidades

Onde o programa será desenvolvido

Cidade	Número de vagas	Valor (R\$ mil)
Araranguá	300	557,9
Barra Velha	300	557,9
Canoinhas	300	557,9
Capivari	200	371,9
Chapecó	450	836,8
Concórdia	300	557,9
Criciúma	400	743,8
Curitibanos	300	557,9
Florianópolis	2000	3.719
Fraiburgo	300	557,9
Guaramirim	200	371,9
Herval d'Oeste	300	557,9
Içara	300	557,9
Jaraguá do Sul	300	557,9
Joinville	1000	1.859
Matra	300	557,9
Porto União	300	557,9
Rio Negrinho	200	371,9
São Bento do Sul	300	557,9
São Francisco do Sul	300	557,9
Tijucas	300	557,9

Fonte: Ministério do Trabalho



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Economia	Data: 11/7/11
Assunto: Educação , Instituto abre seleção para 77 vagas		Página: 13

EDUCAÇÃO

Instituto abre seleção para 77 vagas

Concurso público com inscrições abertas a partir de hoje oferece oportunidades em 11 municípios

As inscrições para o concurso público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC) começam hoje e vão até o dia 1º de agosto. A instituição está contratando professores, contador e profissionais técnico-administrativos para os seis campi, os três núcleos avançados, a reitoria e as duas novas unidades que serão implantadas no Estado.

Estão sendo ofertadas 77 oportunidades para quem tem ensino médio e superior. Em fase de expansão, o IFC está contratando um contador para trabalhar na reitoria, com sede em Blumenau, 15 profissionais

das áreas técnica e administrativa e mais 61 professores para 33 disciplinas diferentes. As vagas estão espalhadas pelos seis campus da instituição (veja detalhes ao lado) e também para os três núcleos de ensino avançado em operação.

Criado no final de 2008 com a integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, o instituto federal também está contratando profissionais para a sua fase seguinte de expansão.

Nela, está planejado um campus avançado na cidade de Blumenau e uma unidade avançada em Fraiburgo. No extrato do concurso público publicado nesta edição do DC não consta o valor das inscrições.

Serviço

- **Vagas:** nas cidades de Videira (19), Ibirama (12), Blumenau (9), Luzerna (8), Videira/Fraiburgo (8), Rio do Sul (6), Concórdia (5), Sombrio (3), São Francisco do Sul (3), Camboriú (2), Fraiburgo (1), Araquari (1)
- **Salários:** técnico-administrativos, entre R\$ 1.473,58 e R\$ 2.989,33; para docentes, até R\$ 6.106,51. O vale-alimentação de ambos é de R\$ 304.
- **Inscrições:** até 1º de agosto
- **Onde fazer:** através do link Concurso Público – inscrições online no site www.ifc.edu.br ou pessoalmente nos campus da instituição em Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul, Sombrio e Videira



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Destaque	Data: 09/07/11
Assunto: Os dois números do analfabetismo		Página: 04

Os dois números do analfabetismo

Metodologias distintas fazem com que haja uma diferença de 9 mil pessoas entre os dados do IBGE e os da Educação em Joinville

GISELE KRAMA
gisele.krama@an.com.br

Joinville tem dois números oficiais de analfabetos. Para o IBGE, são mais de 18,8 mil pessoas (3,6% da população). Para a Secretaria de Educação, são 9,1 mil (2,2%). O que provoca essa diferença é a metodologia usada pelos órgãos oficiais. A diferença está na amostragem dos públicos. O IBGE contabiliza como analfabetos todos os maiores de cinco anos que não sabem ler e escrever. Isso significa que há um número grande de pessoas que estão se alfabetizando.

A Secretaria Municipal de Educação considera apenas aquelas pessoas que têm mais de 14 anos. O critério adotado pelo governo municipal, segundo a coordenadora da educação de jovens e adultos, Vanessa da Rosa, se justifica porque a população até 14 anos ainda tem a chance

de ser alfabetizada no ensino fundamental. “Depois desta idade, não é mais com a educação básica”, esclarece.

Antes da divulgação dos dados preliminares do IBGE, há duas semanas, a Prefeitura utilizava-se de dados do geoprocessamento, captados nos programas municipais de apoio às famílias. Com isso, a média de analfabetos ficava bem abaixo da apontada pelo instituto de pesquisa.

Conforme os dados da secretaria, houve queda no analfabetismo entre 2005 e 2008, variando de 2,7% até 0,75%. O número voltou a subir com a adoção dos dados informados pelo Censo 2010.

Segundo Vanessa da Rosa, o número oscila bastante, já que Joinville recebe muitas pessoas de outras cidades. Mas ela considera que a cidade tem um índice pequeno em comparação aos outros municípios do Estado e até da região.



Projetos tentam minimizar

o problema em Joinville

A cidade conta hoje com pelo menos cinco projetos para minimizar o analfabetismo. Além do tradicional Educação de Jovens e Adultos (EJA), o município tem ainda o Proeja FIC (em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina) e o ProJovem (em parceria com o governo federal). Também há projetos na Penitenciária Industrial de Joinville e na ala feminina do presídio, professores no Centro de Internação Provisória (CIP) e parcerias com Casa da Cultura, Fundamas, Albergue Rosa de Sarom e Comunidade Terapêutica Opção de Vida.

Ainda há iniciativas privadas, promovidas por empresas para aumentar a escolarização na cidade e dos próprios trabalhadores. A Tupy, por exemplo, toca o Projeto Mutirão da Alfabetização, e a Tigre e Senai oferecem cursos gratuitos para aumentar o interesse da população para os estudos, mesmo que na área técnica.

Segundo Vanessa da Rosa, os mais atingidos pelo analfabetismo são o público acima dos 40 anos. Com os mais jovens, a possibilidade de voltar a estudar parece mais constante, pois eles encontram ser-

ventia na escrita quando buscam emprego. Para as pessoas mais velhas, essa perspectiva é menor. Conforme Vanessa, a vergonha ainda predomina nos públicos que não são alfabetizados. O medo de admitir que não sabe ler ou escrever ainda faz com que haja grande evasão no EJA.

Outro público que também passa a fazer parte da educação não regular são os jovens que não se adaptaram aos estudos regulares no ensino fundamental. Eles voltam para a escola somente em outros turnos e com colegas diferenciados do que encontrariam nas escolas básicas.

Um mutirão

que faz a diferença

Criado há praticamente 13 anos, o Mutirão da Alfabetização já ajudou centenas de pessoas a entender a escrita e a poder relacionar-se com os diversos tipos de texto. “Na época (em que foi implantado o projeto), o analfabetismo era muito alto”, lembra a coordenadora pedagógica Rosane Rocha Coutinho.

Esse projeto nasceu e se desenvolveu com apoio de voluntários que dão aulas, segundo uma metodologia própria do mutirão, para pessoas que não sabem ou têm dificuldade em ler. As aulas ocorrem na própria casa do aluno ou em salões de igreja e associação de moradores.

O maior público deste mutirão, segundo Rosane, é formado por mulheres acima de 40 anos. Elas buscam a

educação seja pelo mercado de trabalho ou para uso doméstico da escrita e finalidades pessoais. “Ninguém contrata mais quem tem só até a 4ª série. Elas estão no mercado de trabalho e precisam estudar. Já os homens são mais difíceis de ceder”, explica.

A professora Sandra Aparecida Rosa, 41 anos, trabalha como voluntária há pelo menos três anos, mas há um entrou para o mutirão com a finalidade de ajudar as pessoas a compreenderem o mundo ao redor pela escrita.

“Comecei meu trabalho com dependentes químicos. Até que conheci uma senhora que tinha o sonho de ler a Bíblia. E aí resolvi participar”, lembra. Depois disto, a professora fez o curso do mutirão e passou a alfabetizá-la.

“Para minha surpresa, logo apareceram dez alunos. Não esperava tantos”, conta.

Atualmente, Sandra alfabetiza sete pessoas no Centro de Integração Social Novo Dia, no bairro Ulysses Guimarães. Entre elas está uma menina de 13 anos que, quando começou na turma, não entendia nenhuma forma de escrita. A garota, apesar de estar ainda em idade de frequentar a educação básica, tinha vergonha de estar na mesma sala com crianças de seis e sete anos.

“Quando a gente ajuda eles, passa a olhar a vida de outra maneira. O fato de saber que vai ajudar alguém a ver o mundo. Ajudar na leitura é como colocar óculos para quem não enxerga”, define Sandra.



Índice adotado no Brasil

Os números usados pela Secretaria Municipal de Educação, que consideram analfabetos apenas as pessoas com mais de 14 anos, é o método mais adotado no País e serve de base para o material do Ministério da Educação.

Uma tabela feita com esse critério aponta o município de Alagoinha do Piauí (PI) com maior índice de analfabetismo do Brasil, chegando a 44,4% – quase metade da população sem saber ler e escrever. A cidade com menos analfabetos está no Rio Grande do Sul. A 85 km da capital gaúcha, Feliz conta com apenas 0,95% da

população analfabeta.

Em Santa Catarina, o melhor índice fica com São João do Oeste, com 1,04%.

Ranking

A região em relação ao País.

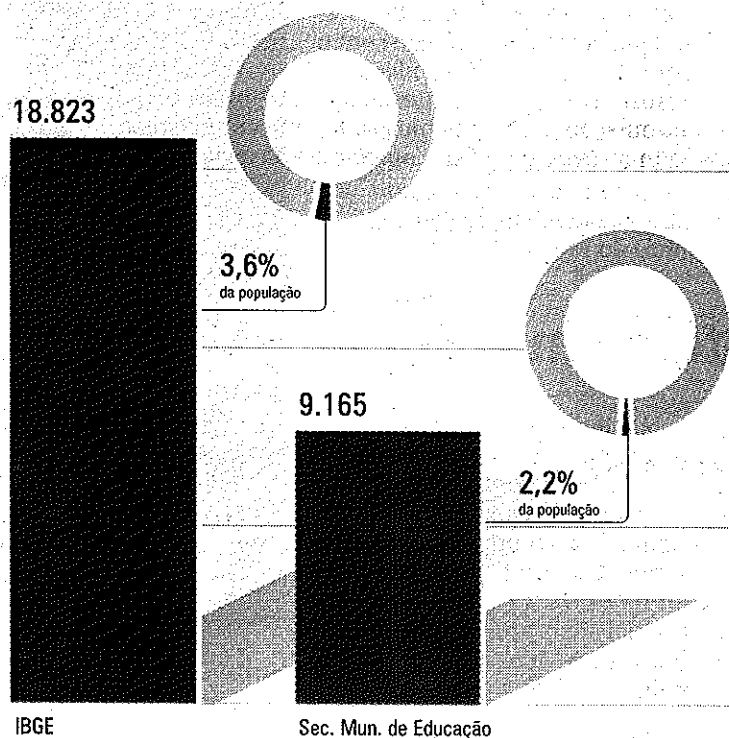
Municípios com menores índices de analfabetismo

Joinville	44°
São Bento do Sul	54°
São Francisco do Sul	204°
Baln. Barra do Sul	215°
Rio Negrinho	236°
Itapoá	255°
Campo Alegre	374°
Barra Velha	428°
Garuva	671°
Araquari	687°

Os números

Os dois dados levam em consideração a população de Joinville apontada pelo Censo 2010, de 515.288 habitantes

Analfabetos segundo...



Levantamento do IBGE

FAIXA ETÁRIA	ALFABETIZADOS	ANALFABETOS	PERCENTUAL
5 a 9 anos	25.985	9.266	35,66%
10 a 14 anos	41.815	392	0,94%
15 a 19 anos	44.425	260	0,59%
20 a 29 anos	96.692	576	0,6%
30 a 39 anos	85.487	880	1,03%
40 a 49 anos	74.826	1.460	1,95%
50 a 59 anos	51.750	1.782	3,44%
60 anos ou +	41.200	4.207	10,21%

Entendimento sobre analfabetismo

ONU

Pessoas que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não conseguem utilizar a escrita e a leitura para resolver os problemas do dia a dia e usar este conhecimento para se desenvolver profissionalmente.

MEC

Jovens a partir de 15 anos de idade que não foram alfabetizados.

IBGE

É considerada analfabeta a pessoa de cinco anos ou mais que aprendeu a ler e escrever, mas que esqueceu devido a ter passado por um processo de alfabetização que não se consolidou, e a que apenas assinava o próprio nome.

Secretaria Municipal de Educação

Há dois conceitos, o de analfabeto e o de analfabeto funcional. No primeiro caso, são as pessoas que não dominam os signos linguísticos e não conseguem se organizar a partir das informações escritas. Já no segundo caso, as pessoas têm quatro anos de escola, mas passam por dificuldade de compreender o texto e de fazer uma leitura de mundo. Esses dados são considerados com pessoas a partir de 15 anos de idade.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 08/07/11
Assunto: País tem de alfabetizar 3,5 milhões de adultos para cumprir meta da ONU		Página: Online

País tem de alfabetizar 3,5 milhões de adultos para cumprir meta da ONU

Na última década houve avanço de alfabetização na infância, mas ainda há 617 mil jovens de 10 a 14 anos que não sabem ler nem escrever, segundo o Censo 2010 do IBGE; entre adultos, o progresso foi mais lento, e o desafio é maior no Norte e no Nordeste

Com 13,9 milhões de jovens, adultos e idosos que não sabem ler nem escrever - ou 9,6% da população de 15 anos ou mais, segundo o Censo 2010 -, o Brasil terá de dobrar o ritmo de queda do analfabetismo para cumprir a meta assumida perante a ONU de chegar à taxa de 6,7% em 2015.

Levada em conta a projeção do IBGE de que a população nessa faixa etária será de 154,9 milhões, o País deveria chegar a 2015 com 10,4 milhões de analfabetos. Em números absolutos, seria uma redução de 3,5 milhões em apenas cinco anos.

Entre 2000 e 2010, no entanto, o total de analfabetos caiu 2,3 milhões. Se o País repetir esse desempenho, a meta prometida pelo governo há 11 anos, durante conferência da Unesco, só será alcançada em 2020.

Uma das principais dificuldades na redução das taxas é que os piores índices de analfabetismo entre adultos estão concentrados na população idosa, de 60 anos ou mais, que tem grande dificuldade de aprendizado.

Apesar de iniciativas como o Alfabetização Solidária, do governo Fernando Henrique Cardoso, e o Brasil Alfabetizado, iniciado no governo Luiz Inácio Lula da Silva e mantido no governo Dilma Rousseff, a alfabetização de adultos e especialmente de idosos avança em ritmo lento.

Um em cada quatro brasileiros de 60 anos ou mais (26,6%) não sabe ler nem escrever. Em 2000, a taxa era de 35%. Em 1991, chegava a 44,2%.

"O Brasil terá de fazer um esforço grande para chegar à meta fixada com a Unesco. São os rincões do Norte e do Nordeste que mais contribuem para a taxa entre os adultos", explica Mozart Neves Ramos, ex-secretário de Educação de Pernambuco e hoje integrante do movimento Todos pela Educação.

Ele ressalta que outro fator que contribui para os altos índices de analfabetismo é um desânimo muito grande da população adulta que mora no campo em voltar à escola para aprender a ler e a escrever. "Para reduzir as taxas, é preciso o empenho direto dos prefeitos, a mobilização nas igrejas, campanhas permanentes nas rádios", diz.

Moradora de Maceió, Quitéria Batista voltou a estudar depois de adulta. "A gente morava na roça, não tinha escola por perto. Quem queria estudar tinha de pegar carona nos caminhões de cana, porque não existia transporte escolar", relata. "Por isso, só vim estudar depois de velha", brinca Quitéria, de 33 anos.



Analfabetismo zero. Os dados do Censo 2010 indicam melhores resultados na redução do analfabetismo entre as crianças de 10 a 14 anos. A taxa caiu de 7,3% em 2000 para 3,9% em 2010 (redução de 3,4 pontos percentuais ou 46,5%). No entanto, ainda há 671 mil pessoas nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever, quando o ideal é que, no máximo, aos 8 anos as crianças estejam alfabetizadas.

As informações do Censo mostram que, embora ainda pequeno, o número de municípios com 100% de alfabetizados com idades de 10 a 14 anos mais que dobrou em dez anos. E, das 77 cidades com índice zero de analfabetismo nessa faixa de idade, 29 estão no Rio Grande do Sul.

Os resultados positivos do Estado podem ser explicados por circunstâncias históricas, como a colonização europeia acompanhada de escolas religiosas, forte cultura comunitária, oferta adequada de transporte escolar e valorização do ensino por parte das famílias.

Barão, no Vale do Rio Caí, é um exemplo de município gaúcho que não tem analfabetos na faixa dos 10 aos 14 anos. "Os pais percebem que ninguém consegue emprego sem uma instrução razoável", afirma Sérgio Pedro Herbert, secretário municipal de Educação e Cultura.

O município tem 88% de suas famílias nas classes A, B e C e destina 28% de seu orçamento anual de R\$ 10,4 milhões para a educação. A rede municipal tem 57 professores, que recebem R\$ 830 por 22 horas semanais de aula. O número total de alunos é próximo de 900 e corresponde a menos do que atendem sozinhas algumas escolas de capitais.

O casal Rudinei e Clarice Griebeler estudou até a 5.^a série e quer ver os filhos irem além. "Incentivamos as crianças a estudar para que tenham um futuro melhor que o nosso", diz Clarice. "Não conheço ninguém que não vá à escola", relata Júnior Samuel Griebeler, de 10 anos.

Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Senhor do Bom Fim, Solange Kaefer Thomazel, confirma alguns fatores comuns a todas as escolas de Barão que acabam fazendo a diferença. A comunidade é muito ativa - seja para organizar festas, para ajudar a escola ou mandar os filhos às aulas.

Mas os dados do IBGE indicam como é difícil, até mesmo para esses municípios, manter o índice de analfabetismo zerado. De 33, apenas 8 cidades que tinham todas as crianças alfabetizadas em 2000 se mantiveram na lista dez anos depois.

Presidente do Instituto do Trabalho e Sociedade do Rio de Janeiro (Iets), o professor e pesquisador Simon Schwartzman diz que "o analfabetismo extremo está ficando para trás. O tema agora é a qualidade da alfabetização, é o aluno entender o que lê". / COLABORARAM ELDER OGLIARI e RICARDO RODRIGUES



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Opinião	Data: 10/7/11
Assunto: Nota na porta da escola		Página: A2

ANTÔNIO GOIS

Nota na porta da escola

RIO DE JANEIRO - O economista Gustavo Ioschpe fez uma sugestão que pode virar lei federal: obrigar escolas públicas a afixar na porta sua nota no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

É o mais importante indicador de qualidade da educação, que dá, de zero a dez, uma média para cada escola baseada na taxa de aprovação de alunos e em testes de português e de matemática.

Além do baixo custo, a ideia tem o mérito de estimular o debate sobre como fazer com que os milhões gastos com avaliações educacionais revertam em melhoria da qualidade. Uma vez escancarando o Ideb, supõe-se que pais vão se mobilizar para cobrar melhor ensino.

Mas há um cuidado a ser tomado. Estudos comprovam que o principal fator a explicar o desempenho do aluno é extraescolar: as características dos pais, especialmente renda e educação. Escolas que atendem crianças mais ricas, em geral, têm médias maiores não ne-

cessariamente por seus méritos, mas pelo perfil do aluno.

O Ideb é um indicador inteligente por combinar aprovação e desempenho, sinalizando que é preciso melhorar o aprendizado sem elevar a repetência. Mas falta-lhe uma ponderação que considere o perfil de aluno atendido.

Neste debate, poderíamos olhar para o exemplo da cidade de Nova York, administrada pelo bilionário Michael Bloomberg, e que talvez mais longe foi com a ideia de que é preciso avaliar e cobrar resultados. A avaliação, lá, compara cada unidade levando em conta o resultado de outras com perfil semelhante de alunos.

Escolas que atendem alunos mais pobres no Brasil deveriam ser as de maior investimento e com melhores professores. Infelizmente, não é o que acontece. Mas isto não é desculpa para que deixemos de exigir um mínimo de qualidade. Apenas é preciso ser justo e cobrar o possível, sem esperar milagres.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 11/7/11
Assunto: Acafe, Inquérito apurará fraude em vestibular		Página: 25

ACAFE

Inquérito apurará fraude em vestibular

O Ministério Público Estadual (MPE) abriu inquérito para apurar suspeitas de uma suposta fraude no vestibular da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), que tem quase mil cursos espalhados por 15 universidades.

Em uma comunidade da rede de relacionamentos Orkut, estudantes começaram a trocar informação sobre o teste e constataram 14 boletins similares de candidatos aprovados em Medicina. Para a entidade, tudo não passa de uma coincidência.

A suspeita de fraude foi mostrada ontem no *Estúdio Santa Catarina*. O programa mostrou os boletins de desempenho em que o índice de acertos das questões objetivas foi de 100% na maioria das disciplinas. Todos apresentaram, também, três erros em língua estrangeira e apenas um em geografia. Mas cinco deles tiveram uma pequena diferença: um erro a mais em física e, em um dos casos, em português.

Dois candidatos de Alagoas, com o mesmo sobrenome, fizeram o mesmo curso, na mesma instituição e tiraram as mesmas notas.

Em outro caso, encontraram uma estudante brasileira que fazia Medicina na Bolívia e comentou, no Facebook, que havia conseguido uma suposta transferência para uma universidade de Santa Catarina. Depois, o nome dela apareceu na lista dos aprovados.

Os pedidos (de transferência) são muitos, principalmente do curso de Medicina, mas nossas universidades não têm aceito esses alunos por transferência. Então, dificilmente alguém conseguiu ou conseguirá uma transferência – disse o presidente do sistema Acafe, Viegand Eger.

Para Viegand Eger, “é óbvio” que coincidências aconteçam, ainda mais que o curso de Medicina tem milhares de candidatos e muitos deles bem preparados.

Segundo o promotor de Justiça Daniel Paladino, o MP ainda está investigando o caso.

Nós não temos ainda uma prova contundente ou mesmo indícios que apontem para uma fraude que tenha sido praticada. Mas, realmente, são muitas coincidências.

VIEGAND EGER

Presidente do sistema Acafe

“Os pedidos (de transferência) são muitos, principalmente de Medicina, mas nossas universidades não têm aceito esses alunos por transferência.”



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 11/7/11
Assunto: Joinville, Católica/SC, divulga hoje os cursos		Página: 20

JOINVILLE Católica/SC divulga hoje

OS CURSOS

Joinville

MARIANA PEREIRA

Joinville vai conhecer hoje quais serão os cursos de graduação que a Pontifícia Universidade Católica de Santa Catarina – instituição de ensino superior ligada à PUC do Paraná (PUC/PR) – planeja oferecer no próximo vestibular, no fim deste ano.

Os detalhes serão divulgados na reunião semanal da Associação Empresarial de Joinville (Acij), às 18h30min, quando a direção da universidade apresentará também o projeto do novo campus.

A instituição vai ocupar a antiga fábrica da Wetzel, patrimônio histórico e arquitetônico da cidade. A intenção, segundo o vice-reitor da Católica de Santa

Catarina, Robert Burnett, é convidar os empresários a participar, por meio da Lei Rouanet, de incentivo à cultura, com investimento em obras de restauro e adaptação do prédio fabril orçadas em R\$ 15 milhões.

As obras devem começar também nesta semana, para que a primeira etapa, que custará R\$ 3 milhões (recursos próprios), fique pronta até o começo do ano letivo de 2012.

– Esta etapa prevê a reforma de um galpão de 2,4 mil metros quadrados, que será transformado em salas de aula e laboratórios, até o fim do ano, para que, em fevereiro, esteja tudo pronto para o início das aulas – detalha Burnett.

Já as obras em todo o campus, com 11,4 mil metros quadrados, devem levar pelo menos um ano e meio para serem concluídas. Isso porque as eta-

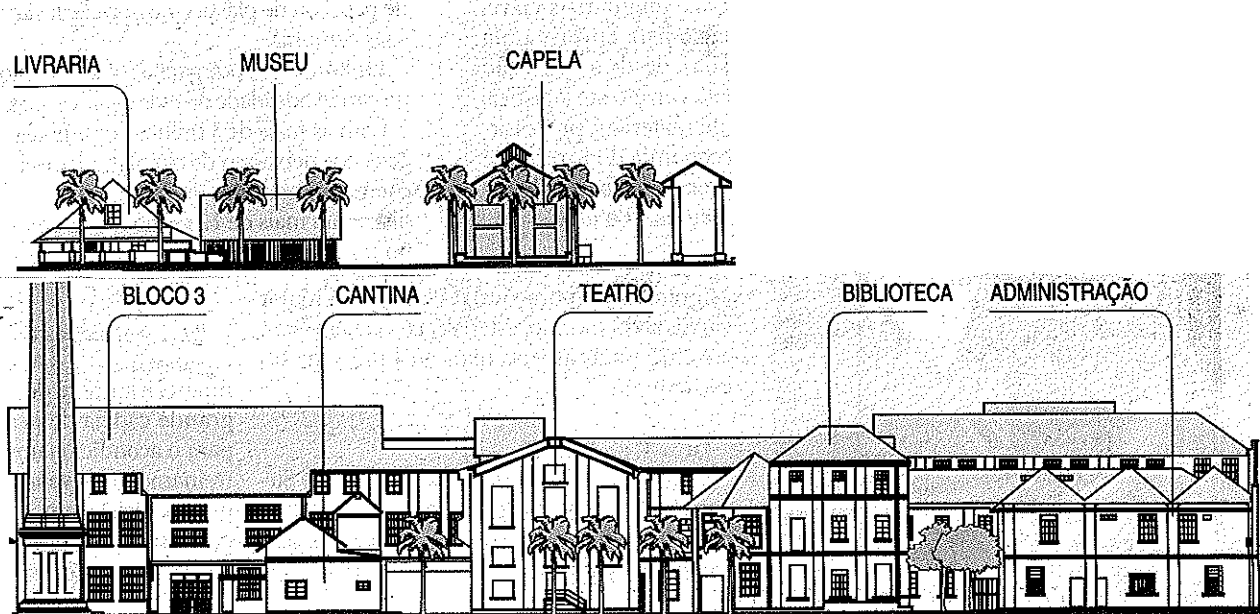
pas seguintes envolvem a restauração do prédio antigo.

– As fases de restauro dependem da captação de recursos e têm sempre particularidades, como a recuperação de estruturas antigas que já nem existem mais no mercado – explica uma das arquitetas responsáveis pelo projeto arquitetônico da universidade, Simone Mattedi.

Mas, segundo ela, o que se pode esperar do projeto é uma combinação harmoniosa entre patrimônio preservado e instalações modernas, voltadas não só para os estudantes, mas para toda a população.

Fachada da estrutura

Frente para a Rua Visconde de Tunay





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 11/7/11
Assunto: Educação básica		Página: 11

Educação básica

GILBERTO SÁ *

O Brasil tem, aproximadamente, 49 milhões de estudantes matriculados na educação básica pública, compreendendo da educação infantil até o ensino médio. Os problemas da educação básica no Brasil residem numa multiplicidade de fatores, tais como: 1) Ausência de visão estratégica, pois os governos não priorizam a educação; 2) Constata-se a descontinuidade de projetos na alternância de poder, ficando a educação sob a cultura do clientelismo; 3) A sociedade civil não tem a cultura de cobrar das autoridades atitudes mais ativas acerca da qualidade de educação; 4) Gestão pública com pouca eficiência. Neste caso, União, estados e municípios não se entendem. Chegamos ao absurdo da disparidade de o investimento custo/aluno do ensino superior público ser maior do que o custo/aluno da educação pública na educação básica.

Mais: 5) Fracasso escolar, com os maiores indicadores do mundo – somente 60% concluem o ensino fundamental; 6) Os critérios de

avaliação de desempenho dos estudantes aplicados na escola ainda são inadequados; 7) Despreparo do professor. As instituições de ensino superior ainda formam profissionais da educação com defasagem teórica e metodológica; 8) A qualidade da educação, o que é demonstrado nos índices do Ideb, revela o quanto ainda é preciso avançar. Consolidar, então, que o professor em boas condições de trabalho é a chave da qualidade; 9) Defasagem da escola em relação aos novos desafios do século 21. Neste sentido, o currículo deverá contemplar a qualificação para o exercício da cidadania, aprender a aprender, acessar, processar e dar sentido à informação, resolver problemas e trabalhar em grupo.

O Conselho de Educação de Santa Catarina discutiu esses pontos no seu primeiro Seminário Estadual de Sistemas de Ensino, em Lages, e apontou, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino do Estado, parte da solução dos problemas que aqui foram elencados.

* Professor, membro do Conselho Estadual de Educação de SC



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 11/7/11
Assunto: Caixas escolares, APMs e Apaes recebem recursos do PDDE		Página: online

Caixas escolares, APMs e Apaes recebem recursos do PDDE

Caixas escolares de escolas públicas do ensino básico de diversos estados receberam nesta semana, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), R\$ 136.230.008,89 referentes ao programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Outros R\$ 184.500,00 foram mandados para instituições de ensino de Camaragibe (PE), no âmbito do Plano de Desenvolvimento de Ensino (PDE Escola).

Foram enviados, ainda, R\$ 49.428,00 para 29 Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (Apaes), ou similares, sendo 13 instituições de Minas Gerais, três de Mato Grosso do Sul, duas de Mato Grosso, três do Paraná, seis do Rio Grande do Sul e duas de São Paulo.

A transferência de recursos do PDDE é feita automaticamente para os caixas escolares ou associações de pais e mestres das escolas cadastradas no programa. O programa agrega diversas ações. Seus principais objetivos são a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

O orçamento do PDDE para 2011 é de R\$ 1,5 bilhão.